

do Decreto-Lei n.º 45 531, de 16 de Janeiro de 1964, o seguinte:

E fixada, para o ano em curso, a seguinte dotação dos artigos de uniforme para os soldados cadetes do curso de oficiais milicianos do Exército:

a) Uniforme de trabalho:

- Um barrete n.º 3.
- Duas camisas n.º 3.
- Duas calças n.º 3.

b) Uniforme de serviço e de passeio:

- Uma boina.
- Uma camisa n.º 2.
- Uma calça n.º 2.
- Um blusão.
- Uma gravata verde.
- Um cinto de lona.

c) Uniforme de ginástica:

- Uma camisola.
- Um calcão.
- Um par de sapatos.

d) Artigos comuns:

- Um par de botas de *calf* com polaina fixa.
- Um par de botas de lona.
- Uma camisola de lã.
- Um capote.

Presidência do Conselho, 31 de Julho de 1968. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

Portaria n.º 23 518

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo único do Decreto-Lei n.º 45 531, de 16 de Janeiro de 1964, o seguinte:

E fixada, para o ano em curso, a seguinte dotação dos artigos de uniforme para os cadetes dos cursos de oficiais da reserva naval e da reserva marítima:

- Um boné com duas capas brancas.
- Um blusão de flanela azul para a reserva N.
- Uma calça de flanela azul para a reserva N.
- Duas camisas de mescla de algodão azul.
- Um jaquetão de pano azul.
- Uma calça de pano azul.
- Um par de luvas brancas de pelica.
- Um dólmán de cotim branco.
- Uma calça de cotim branco.

Presidência do Conselho, 31 de Julho de 1968. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 48 510

Dada a natureza das pensões de acidentes em serviço, condicionadas pelo Decreto-Lei n.º 38 523, de 28 de No-

vembro de 1951, a das atribuídas a viúvas e órfãos de oficiais do Exército e da Armada, nos termos do Decreto-Lei n.º 40 627, de 1 de Junho de 1956, e ainda a das de preço de sangue, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 47 084, de 9 de Julho de 1966;

Convindo, por tal razão, facilitar, em certas circunstâncias, o pagamento daquelas pensões, a fim de evitar que, mesmo a título transitório, os seus titulares fiquem totalmente faltos dos recursos indispensáveis à sua manutenção;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único — 1. Sempre que qualquer das pensões reguladas pelo Decreto-Lei n.º 38 523, de 23 de Novembro de 1951, Decreto-Lei n.º 40 627, de 1 de Junho de 1956, e pelo Decreto-Lei n.º 47 084, de 9 de Julho de 1966, não possa ser recebida pelo respectivo beneficiário em consequência de anomalia psíquica ou outro motivo grave de carácter permanente ou duradouro, poderá o Ministro das Finanças, enquanto aquele não estiver devidamente representado, autorizar que seja recebida pelo cônjuge, parente, familiar ou quem, sendo idóneo, superintenda na assistência, alimentação ou tratamento do pensionista.

2. O motivo da impossibilidade será comprovado por atestado médico, a qualidade do cônjuge ou o grau de parentesco por certidão e os demais requisitos, quando isso se mostre necessário, por atestado da competente autoridade administrativa.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1968. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Jorge Martins da Mota Veiga — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — Mário Júlio de Almeida Costa — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marcião Gorjão Franco Nogueira — José Albino Machado Vaz — Joaquim Moreira da Silva Cunha — Inocêncio Galvão Teles — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário

Portaria n.º 23 519

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação Nacional, o seguinte:

1.º Aprovar os impressos modelos D. S. C. P. E. S.-1, D. S. C. P. E. S.-2 e D. S. C. P. E. S.-3 anexos a esta portaria, destinados à matrícula dos alunos do ciclo preparatório do ensino secundário.

2.º Fixar o uso obrigatório dos referidos modelos, os quais deverão ser já utilizados com vista ao ano lectivo de 1968-1969.

3.º Considerar exclusivos da Imprensa Nacional de Lisboa os impressos aprovados pela presente portaria.

Ministério da Educação Nacional, 31 de Julho de 1968. — O Ministro da Educação Nacional, *Inocêncio Galvão Teles*.

ESCOLA PREPARATÓRIA

TALÃO
Acompanha o documento de matrícula
A apresentar ao Director de ensino

Nome _____	MATRÍCULA N.º _____
Data da inscrição _____/19_____	matrícula
(A - 10 mm x 100 mm)	

ESCOLA PREPARATÓRIA

TALÃO
A apresentar ao Director de ensino

Nome _____	Conecção d.
Morada durante o ano lectivo: Freguesia d. _____	Localidade _____
o ano lectivo: Freguesia d. _____	Conecção d. _____
Data de nascimento: de _____ de 19_____	Data da inscrição: _____/19_____
(A - 10 mm x 100 mm)	

Poderão ser indicadas as respetivas

Pai ou encarregado de educação (a) _____	Nome _____
Profissão _____	Profissão _____
Morada _____	Localidade _____
Concelho d. _____	Freguesia d. _____

ESCOLA PREPARATÓRIA

Boletim de inscrição no ____º ano - Ano lectivo de 19____-19____

matrícula N.º _____	PROFESSOR MONITORIAL N.º _____	MATRÍCULA N.º _____
Nome _____		
Naturalidade: Freguesia d. _____ Conecção d. _____		
Data de nascimento: de _____ de 19_____; Idade em 31 de Março de 19_____: (a) ____ anos		
Bilhete de identidade n.º _____ de _____/19_____; Arquivo de identificação de _____		
Pai _____ Profissão _____ Mae _____ Profissão _____		
Filho(a) _____ Pai _____ Profissão _____ Mae _____ Profissão _____		
Morada do aluno: Freguesia d. _____ Localidade _____ Conecção d. _____ Telef. _____		
Encarregado de educação: Freguesia d. _____ Localidade _____ Conecção d. _____ Telef. _____		
Inscricer-se no ____º ano para (b) ____ vez. Estabelecimento de ensino que frequenta no ano anterior:		
Data _____ de _____ de 19_____. O aluno ou o Encarregado de Educação,		
AUTORIZA A MATRÍCULA: ____/19_____ O Director _____		
Data final da 4º _____		
Termo	Ano lectivo - Tensões	Pontos
A	4º 3º 2º 1º	_____
T	A A A A	_____
Matrícula efectuada em _____ de _____ de 19_____		
Proposta de matrícula - 4º prof. Proposta de matrícula - 3º prof. Proposta de matrícula - 2º prof. Proposta de matrícula - 1º prof.		
O aluno n.º _____ líquido _____ valor da 4º prof. O aluno n.º _____ líquido _____ valor da 3º prof. O aluno n.º _____ líquido _____ valor da 2º prof. O aluno n.º _____ líquido _____ valor da 1º prof.		
Aprovação da proposta de matrícula: Em _____/19_____ O Director _____		
Aprovação da proposta de matrícula: Em _____/19_____ O Director _____		
Aprovação da proposta de matrícula: Em _____/19_____ O Director _____		
Aprovação da proposta de matrícula: Em _____/19_____ O Director _____		

Observações: - Presente o presente boletim em letra bem legível.
(a) Idade referente a 31 de Março do ano lectivo a que a matrícula da respeita.
(b) Ano e sede do estabelecimento de ensino particular.
(c) Indicar se vai frequentar o ano que se inscreve, pela 1.º, 2.º ou 3.º vez.
(d) Assinatura reconhecida por notário, na qualidade de director do estabelecimento, se a mesma não estiver registada na respectiva preparatória.

Boletim n.º 240 (folha de boletim Matrícula de aluno)
(A - 100 mm x 100 mm)

Declaração (artigo 59.º, n.º 2, do Estatuto)

Para os efeitos efectivos declaro que autorizo a matrícula do aluno a que se refere o presente boletim na disciplina de _____

de _____ de 19_____.
O Encarregado de Educação,

OBSERVAÇÕES

A autorização do boletim de inscrição envolve o compromisso de respeitar e fazer respeitar os regulamentos escolares e a responsabilidade pelas consequências das faltas de observância das mesmas (artigo 41.º do Estatuto).
A inobservância das disciplinas do boletim de inscrição envolve, além das sanções que sejam aplicadas, a inobservância das disciplinas de ensino que sejam optadas, a suspensão de matrícula e todos os seus efeitos (artigo 42.º do Estatuto).

(e) Riscar o que não interessa.

ESCOLA PREPARATÓRIA

TALÃO
Companhia de matrícula

Nome _____	MATRÍCULA N.º _____
Data da matrícula: _____/19_____	Poderão
(A - 10 mm x 100 mm)	

ESCOLA PREPARATÓRIA

TALÃO
Dedicação ao L.E.P.A.E.

Nome _____	Conecção d.
Naturalidade: Freguesia d. _____	Localidade _____
Morada durante o ano lectivo: Freguesia d. _____	Conecção d. _____
Data de nascimento: de _____ de 19_____	Data da matrícula: _____/19_____
(A - 10 mm x 100 mm)	

Pai ou encarregado de educação (a) _____	Nome _____
Profissão _____	Profissão _____
Morada _____	Localidade _____
Concelho d. _____	Freguesia d. _____

Ensino em estabelecimento particular

ESCOLA PREPARATÓRIA

Nome _____	MATRÍCULA N.º _____
Data da matrícula: _____/19_____	Poderão
(A - 10 mm x 100 mm)	

ESCOLA PREPARATÓRIA

TALÃO
Dedicação ao L.E.P.A.E.

Nome _____	Conecção d.
Naturalidade: Freguesia d. _____	Localidade _____
Morada durante o ano lectivo: Freguesia d. _____	Conecção d. _____
Data de nascimento: de _____ de 19_____	Data da matrícula: _____/19_____
(A - 10 mm x 100 mm)	

OBSERVAÇÕES

**BOLETIM DE INSCRIÇÃO NO ____º ANO DO CICLO PREPARATÓRIO
DO ENSINO SECUNDÁRIO, DE ALUNO EXTERNO**

ESCOLA PREPARATÓRIA

(b) _____

Ano lectivo de 19____-19____

Nome _____	MATRÍCULA N.º _____
Naturalidade: Freguesia d. _____ Conecção d. _____	
Data de nascimento: de _____ de 19_____; Idade em 31 de Março de 19_____: (a) ____ anos	
Bilhete de identidade n.º _____ de _____/19_____; Arquivo de identificação de _____	
Pai _____ Profissão _____ Mae _____ Profissão _____	
Filho(a) _____ Pai _____ Profissão _____ Mae _____ Profissão _____	
Morada do aluno: Freguesia d. _____ Localidade _____ Conecção d. _____ Telef. _____	
Encarregado de educação: Freguesia d. _____ Localidade _____ Conecção d. _____ Telef. _____	
Inscricer-se no ____º ano para (b) ____ vez. Estabelecimento de ensino que frequenta no ano anterior:	
Data _____ de _____ de 19_____. O Aluno _____	
O Director do Estabelecimento _____	
Data final da 4º _____	

A autorização do boletim de inscrição envolve o compromisso de respeitar e fazer respeitar os regulamentos escolares e a responsabilidade pelas consequências das faltas de observância das mesmas (artigo 41.º do Estatuto).
A inobservância das disciplinas do boletim de inscrição envolve, além das sanções que sejam aplicadas, a inobservância das disciplinas de ensino que sejam optadas.

Os alunos externos do ciclo preparatório com idade inferior a 18 anos no início de seu secial estão sujeitos à matrícula nos estabelecimentos que frequentam estabelecimentos de ensino particular, quer sejam encerrados em regime individual, quer mediante outras modalidades. Para se verificar a matrícula é facultativa. A matrícula deve ser feita na escola correspondente à localização do estabelecimento ou à residência do aluno (artigo 54.º do Estatuto).

(e) Riscar o que não interessa.

Boletim n.º 240 (folha de boletim Matrícula de aluno)
(A - 100 mm x 100 mm)

Boletim n.º 241 (folha de boletim Matrícula de aluno)
(A - 100 mm x 100 mm)

TABO Comprovante de adesão ESCOLA PREPARATÓRIA Nome _____ Data da matrícula ____/____/19_____ <small>(A 4.—10 mm x 10 mm)</small> TABO Datas de nascimento _____ de ____/____/19_____ <small>(A 4.—10 mm x 10 mm)</small>	Ensino Individual ou doméstico ESCOLA PREPARATÓRIA Nome _____ Naturalidade: Freguesia d. _____ Concelho d. _____ Localidade _____ Morada durante ____/____/19_____ o ano lectivo: Freguesia d. _____ Concelho d. _____ Localidade _____ Data de nascimento _____ de ____/____/19_____	MATRÍCULA N.º _____ <small>(Preencher as linhas em branco)</small> Ensino Individual ou doméstico BOLETIM DE INSCRIÇÃO NO ____ ANO DO CICLO PREPARATÓRIO DO ENSINO SECUNDÁRIO, DE ALUNO EXTERNO ESCOLA PREPARATÓRIA Ano lectivo de 19____-19_____
		Declaração (artigo 53.º, n.º 1, do Estatuto) Para os efeitos efectivos declaro que (a) _____ não sou a nova carga a orientação escolar do aluno a que se refere o presente boletim. _____ de _____ de 19_____
Pai ou encarregado de educação (a) Nome _____ Profissão _____ Morada _____ Localidade _____ Concelho d. _____ Data da matrícula ____/____/19_____		
O Encarregado de Educação Nome _____ Profissão _____ Morada _____ Localidade _____ Concelho d. _____ Telef. _____		
Enscreve-se no ____ ano pela (a) ____ vez. Estabelecimento de ensino que frequentou no ano anterior: Nome da pessoa ou pessoas que ministram o ensino (c): <small>(Assinatura recomenda-se por escrito)</small>		
Data ____ de ____ de 19_____ (d) _____		
0 class. Data final da M.F. _____		
<small>Observações — Preencher o presente boletim em letra bem legível.</small> (a) Indicar referência à 1.ª de Março do ano lectivo e a que o momento da respectiva. (b) Indicar se vai frequentar o ano em que se inscrever, pela 1.º 2.º ou 3.º vez. (c) Se se tratar de ensino individual, indicar o nome ou nomes dos professores e número e data das suas diplomas. Se se tratar de ensino doméstico, indicar o grau de parentesco com o aluno. (d) Professor ou encarregado de educação, conforme se trate de ensino individual ou doméstico. <small>(A 4.—10 mm x 10 mm)</small>		
<small>A assinatura do boletim de inscrição envolve o compromisso de respeitar e fazer respetar os regulamentos escolares e a responsabilidade pelas consequências das faltas de observância dos mesmos e regulamentos (artigo 41.º do Estatuto). A inscrição das declarações constantes do boletim de inscrição envolve, além das sanções que sejam aplicáveis, a ameaça de multa e a de clausura no caso de fraude (artigo 53.º do Estatuto). Os alunos matriculados em escolas preparatórias com idade inferior a 18 anos no término de um ano escolar estão sujeitos a matrícula nas escolas públicas, quer frequentem estabelecimentos de ensino particular, quer sejam matriculados em regime individual, quer recedam estudos domésticos. Para as matrículas a maturidade é de 16 anos. A matrícula faz-se na escola correspondente à localização do estabelecimento ou à residência do aluno (artigo 54.º do Estatuto). (e) Marcar o que não interessa.</small>		

Ministério da Educação Nacional, 31 de Julho de 1968. — O Ministro da Educação Nacional, *Inocêncio Galvão Teles*.